

RELATÓRIO 2020



CONSELHO DELIBERATIVO

Conselheiros Efetivos

José Valdir Ribeiro dos Reis - Presidente

Edson Machado Monteiro

Kedson Pereira Macedo

Ilda Ribeiro Peliz

Adézio De Almeida Lima

Conselheiros Suplentes

Maria De Jesus Demétrio Gaia

Roberto Luiz Benkenstein

CONSELHO FISCAL

Conselheiros Efetivos

Eduardo Menezes Lima - Presidente

José Alípio Dos Santos

Benito Lima Vasconcelos

Conselheiros Suplentes

Moysés Aparecido Berndt

Luciano Nóbrega Queiroga

Márcia Gobati Politi (a partir de 05.04.2020)

COMITÊ EXECUTIVO

José Rogaciário dos Santos - Presidente

Paulo Odair Pointevin Frazão - Superintendente

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	4
2. DIMENSÃO OPERACIONAL E FINANCEIRA	7
2.1 BALANÇO PATRIMONIAL	7
2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	8
2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
2.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
2.5 NOTAS EXPLICATIVAS	11
2.6 PARECER DA AUDITORIA EXTERNA	15
2.7 PARECER DO CONSELHO FISCAL	18

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados associados,

Apresentamos o Relatório Anual do Instituto Cooperforte, relativo ao exercício de 2020, desenvolvido de acordo com as exigências legais e de seu Estatuto Social. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis aplicáveis às instituições do Terceiro Setor.

Ao longo de sua existência, o Instituto Cooperforte apoia projetos de capacitação profissional voltados à inclusão socioprodutiva de pessoas em condições de vulnerabilidade social no mundo do trabalho. Em 2020, seis projetos originados da Chamada Pública de 2018 estavam em execução e outros quarenta foram contratados, a partir da Chamada Pública de 2019, para início de execução.

Devido à pandemia do novo Coronavírus, o Instituto suspendeu todos os projetos em andamento, para preservar a saúde e a integridade das partes envolvidas, com perspectivas de retomá-los quando houvesse condições

ideais de segurança ou com revisão da metodologia empregada para as capacitações. Como alternativa ao modelo tradicional, o Instituto criou nova metodologia de capacitação a distância e a disponibilizou para uso das entidades, mas somente oito projetos foram retomados.

Em consequência, em 2020 os desembolsos com projetos atingiram apenas R\$ 1,96 milhão, correspondente a 30,57% do montante de R\$ 6,41 milhões previstos para o exercício.

As despesas administrativas foram de R\$ 748 mil, em 2020, com redução de 6,45%, em comparação com o exercício de 2019. Essa diminuição de gastos teve origem na revisão de contratos com fornecedores e na redução da jornada de trabalho dos funcionários, por força da adesão ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda do Governo Federal, para garantir a manutenção dos empregos e da renda. Ao final de 2020, os dispêndios totais do Instituto somaram R\$ 2,7 milhões, representando uma queda de 59,09%

em relação ao ano anterior, quando totalizou R\$ 6,6 milhões.

No primeiro trimestre de 2020, 21 iniciativas oriundas da Chamada de Projetos 2018/2019 foram concluídas, beneficiando 626 pessoas, das quais 40,25% foram inseridas no mundo do trabalho. As capacitações foram oferecidas nas áreas de construção civil, tecnologia e comunicação, saúde, gastronomia, administrativa, moda e beleza.

Oito projetos, oriundos da Chamada de 2019/2020, foram retomados e serão concluídos ao longo de 2021, em cinco estados e no Distrito Federal, oferecendo capacitação nos segmentos de beleza e bem-estar, administrativo, atividades sustentáveis, comunicação e tecnologia, com desembolso total previsto de R\$ 592 mil.

A 3ª edição do Programa de Aceleração de Impacto Social (PAIS) – com o objetivo de capacitar gestores de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) – foi adaptada para acontecer de maneira totalmente virtual. Financiado pelo Instituto Cooperforte, Instituto Bancorbrás, Instituto SABIN e Instituto

BRB, o programa teve duração de seis meses e capacitou representantes de 28 instituições dentre as 546 inscritas.

O Instituto apoiou institucionalmente a Campanha Proteja e Salve Vidas, iniciada em abril/2020, promovida pela Fundação Banco do Brasil (FBB), em parceria com a COOPERFORTE, Banco do Brasil, BB Seguros e Banco BV, indicando 40 instituições que atendem famílias em condições de vulnerabilidade social, em 14 estados brasileiros, para receberem cestas básicas, equipamentos de proteção individual e produtos de limpeza. A Campanha teve abrangência nacional, atendendo 710 projetos e 410 mil famílias distribuídos em 309 municípios, com investimentos da ordem de R\$ 60,3 milhões (dados atualizados até dezembro/2020).

Em parceria com os Institutos Sabin, BRB e Bancorbrás, participou da Campanha da BoAção para captação de recursos financeiros e auxílio a oito instituições assistenciais do Distrito Federal, apoiando, aproximadamente, 2.500 pessoas em situação de vulnerabilidade. Em novembro/2020, a Estratégia Corporativa foi revisada para reorientar

as diretrizes do Instituto para os próximos anos, considerando o cenário atual, os impactos da pandemia e as perspectivas de transformações previstas para o Terceiro Setor.

Em sintonia com a Agenda 2030, priorizando a Educação de Qualidade e o Trabalho Decente como referência para o desenvolvimento sustentável, o Instituto ratificou e fortaleceu seu Propósito de “Transformar realidades de pessoas e organizações em sintonia com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)”, bem como retificou seu Negócio para “Inclusão socioprodutiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio de projetos e ações com o objetivo de promover o desenvolvimento humano e profissional”.

Na nova orientação, foram definidas nove diretrizes estratégicas distribuídas em três pilares – Governança, Operações e Recursos – e definidas por ações voltadas ao desenvolvimento de processos inovadores capazes de determinar novos posicionamentos do Instituto frente ao mercado. Para materializar a nova orientação

estratégica e garantir que o propósito do Instituto continue a ser cumprido, tornou-se imprescindível a construção de outras alternativas de abordagem e atendimento ao público de relacionamento. Uma nova modelagem de atuação para o Instituto está sendo construída com base em premissas que permitam relacionamento mais duradouro e prospectivo com as organizações, inclusive no apoio à formação dos respectivos dirigentes, para se buscar maior efetividade dos projetos de formação e preparação das pessoas atendidas, com melhor acompanhamento dos resultados e dos impactos provocados na vida dos beneficiados.

Agradecemos a nossa instituidora, a COOPERFORTE, o nosso corpo funcional e os parceiros, que não mediram esforços para apoiar as atividades desenvolvidas pelo Instituto, principalmente nesses momentos difíceis pelos quais passamos, na certeza de que dias melhores virão e poderemos voltar a atuar em plenitude cumprindo o nosso propósito, norteados pelos princípios e valores do cooperativismo.

A Administração.

2. DIMENSÃO OPERACIONAL E FINANCEIRA

2.1 BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	NOTA	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE		6.438.669	5.639.250
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.180.818	5.490.033
Créditos		248.898	135.955
Adiantamentos e antecipações		-	2.194
Valores a receber		248.898	133.761
Valores a recuperar		208	-
Despesas antecipadas		8.745	13.262
ATIVO NÃO CIRCULANTE		34.641	43.128
PERMANENTE		34.641	43.128
Investimentos	5	227	222
Imobilizado	6	34.414	42.906
TOTAL DO ATIVO		6.473.310	5.682.378
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE		123.545	164.977
Salários a pagar		1.246	1.902
Encargos sociais	7	27.908	43.910
Obrigações tributárias	8	8.147	8.930
Férias e encargos a pagar		86.244	110.235
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	6.349.765	5.517.401
Patrimônio social		5.517.401	9.842.269
Superavit/(deficit) do exercício		832.363	(4.324.868)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.473.310	5.682.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

DESCRIÇÃO	NOTA	2020	2019
RECEITAS OPERACIONAIS		3.565.630	2.377.886
Com restrição		21.840	25.725
Trabalho Voluntário	10	21.840	25.725
Sem restrição		3.543.790	2.352.161
Receitas de serviços prestados			
Contribuições e doações	11	3.250.201	1.697.482
Rendimentos financeiros	12	293.589	654.679
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(1.984.564)	(5.878.514)
Com Programas (Atividades)			
Educação	13	(1.962.724)	(5.852.789)
Trabalho voluntário	10	(21.840)	(25.725)
RESULTADO BRUTO		1.581.066	(3.500.628)
DESPESAS OPERACIONAIS		(748.703)	(824.240)
Administrativas		(623.374)	(667.861)
Operacionalização técnica e administrativa	14	(340.395)	(300.863)
Impostos e taxas	15	(8.000)	(28.520)
Aluguéis		(66.757)	(66.757)
Prestadores de serviços	16	(64.459)	(95.112)
Informática		(49.877)	(59.909)
Telefone e internet		(76.902)	(74.283)
Manutenção		-	(26.300)
Depreciação e amortização		(16.984)	(16.117)
Outras (despesas)/receitas operacionais	17	(125.329)	(156.379)
SUPRAVIT/(DEFICIT) DO PERÍODO		832.363	(4.324.868)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 01/01/2019	9.846.198	(3.929)	9.842.269
Transferência para o patrimônio líquido	(3.929)	3.929	-
Superavit/(deficit) do exercício	-	(4.324.868)	(4.324.868)
Saldos em 31/12/2019	9.842.269	(4.324.868)	5.517.401
Transferência para o patrimônio líquido	(4.324.868)	4.324.868	-
superavit/(deficit) do exercício	-	832.363	832.363
Saldos em 31/12/2020	5.517.401	832.363	6.349.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DESCRIÇÃO	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superavit/(deficit) líquido do exercício	832.363	(4.324.868)
Ajustes	16.984	16.117
Depreciações e amortizações	16.984	16.117
Resultado ajustado	849.347	(4.308.751)
Variação nos ativos e passivos	(150.063)	30.814
(Aumento) em valores a receber	(115.137)	(28.300)
(Aumento)/redução em adiantamentos e antecipações	2.194	(2.194)
(Aumento)/redução em valores a recuperar	(207)	564
(Aumento)/redução de despesas antecipadas	4.517	(4.763)
(Redução) de fornecedores	-	(6.643)
Aumento/(redução) de salários a pagar	(656)	1.902
Aumento/(redução) em obrigações previdenciárias	(16.002)	20.666
(Redução) em obrigações tributárias	(782)	(828)
Aumento/(redução) em férias encargos a pagar	(23.991)	50.410
Geração de caixa nas atividades operacionais	699.283	(4.277.937)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(Aumento) líquido de investimento	(5)	(10)
(Aumento) aquisição de imobilizado	(8.492)	-
Aplicação de caixa nas atividades de investimentos	(8.497)	(10)
FLUXO DE CAIXA TOTAL	690.786	(4.277.947)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	5.490.033	9.767.980
Saldo final de caixa e equivalentes	6.180.818	5.490.033
AUMENTO/(REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	690.786	(4.277.947)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.5 NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional

A **ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO HUMANA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – INSTITUTO COOPERFORTE**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, constituída em 23/03/2003, com sede em Brasília-DF, tem a finalidade de promover: o desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza tendo presentes os direitos humanos, a democracia e os valores e os princípios cooperativistas universais; o desenvolvimento de pessoas de baixa renda, mediante educação e capacitação profissional que permitam sua inserção nos contextos social e econômico; o desenvolvimento e a difusão do cooperativismo; o empreendedorismo e desenvolvimento sustentável agregado aos eixos social, ambiental e econômico; o voluntariado; a assistência social e experiências não lucrativas de novos sistemas alternativos de emprego e crédito.

O Instituto Cooperforte tem como Instituidora a **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DE FUNCIONÁRIOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS FEDERAIS Ltda. A – COOPERFORTE**, que contribui regularmente para o Instituto. As contribuições são destinadas à consecução dos objetivos sociais do Instituto.

Devido à pandemia, os projetos selecionados para execução em 2020 foram suspensos, ficando as ações do Instituto Cooperforte voltadas ao apoio de instituições que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em novembro/2020, oito projetos foram retomados de forma semipresencial, seguindo os protocolos de segurança, e

passaram a ser realizados de acordo com a metodologia de capacitação a distância desenvolvida pelo Instituto.

Nesse período, o Instituto ainda apoiou institucionalmente a Campanha Proteja e Salve Vidas, promovida pela Fundação Banco do Brasil (FBB), em parceria com a COOPERFORTE, Banco do Brasil, BB Seguros e Banco BV, indicando 40 entidades privadas sem fins lucrativos e com notória atuação nas áreas de assistência social e saúde, em 14 estados brasileiros, beneficiando mais de 5 mil famílias, que receberam cestas básicas, equipamentos de proteção individual e produtos de limpeza.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Instituto Cooperforte, em 26/03/2021, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros e da NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas.

As demonstrações financeiras e todas as informações deste documento estão expressas em unidades de Reais (R\$), que é a moeda funcional corrente no País e utilizada pelo Instituto.

O Instituto adota estimativas para mensurar vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e intangível, passivos contingentes, dentre outros ativos e passivos. Apesar dos resultados reais poderem apresentar variação em relação à observância do princípio de competência, o Conselho Deliberativo entende que as premissas adotadas para as suas estimativas são as melhores para

representar fielmente a posição financeira e patrimonial da entidade em suas demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Instrumentos financeiros

São contratos que dão origem a ativos financeiros, a passivos financeiros ou a instrumentos patrimoniais. As Demonstrações Financeiras devem indicar a significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e financeira, e a natureza e extensão dos riscos resultantes desses instrumentos.

c) Créditos

Referem-se aos direitos junto a funcionários e fornecedores.

e) Valores a recuperar

Correspondem a valores a recuperar junto aos órgãos fiscais, tributários e previdenciários.

f) Despesas antecipadas

Referem-se a pagamentos antecipados a fornecedores para apropriação nas respectivas competências.

g) Investimentos

Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição e deduzidos de provisão para perdas consideradas permanentes pela Administração.

h) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios e outros equipamentos, as instalações, as edificações e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros são demonstradas pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais, de acordo com as taxas divulgadas, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Instituto ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida, que compreendem softwares adquiridos de terceiros são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. O Instituto não possui bens intangíveis.

j) Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01/R1, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, dispõe sobre procedimentos no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas, em relação ao valor recuperável de ativos, que a entidade deve avaliar, no mínimo ao fim de cada exercício social, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização- situação que tornaria necessária a estimativa do valor recuperável do ativo.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto Cooperforte são analisados a cada período de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de desvalorização, a Associação estima o valor recuperável do ativo, que deve ser o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (imparidade), reconhecida no resultado do período.

Em 31 de dezembro/2020, não há evidência quanto a necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de perda quando aplicável, são divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

l) Provisão de férias e encargos

A provisão de férias e encargos está constituída de acordo com a legislação trabalhista vigente, com base no período aquisitivo de cada empregado, acrescida dos respectivos encargos sociais.

m) Tributos e contribuições

O Instituto, nos termos do artigo 12 da Lei nº 9.532/1997 e Art. 10 da Lei nº 9.718/1998, na condição de instituição sem finalidade lucrativa, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais, nos termos do art. 150, inciso VI, alínea "C", da Constituição Federal.

No que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a entidade não apura lucro, portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/1988, artigos 1º e 2º.

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17/12/2002, artigo 9º, inciso III. Conforme incisos I e II, artigo 46 deste Decreto, as entidades relacionadas no artigo 9º, as instituições de educação e de assistência social que preencham as condições e requisitos do art. 12 da Lei nº 9.532/1997, não contribuem para o PIS/PASEP sobre o faturamento.

Para fins de contribuição da COFINS, a entidade é isenta, nos termos do art. 14, inciso X, da MP nº 2.158/2001, sendo que a isenção alcança receitas decorrentes das atividades próprias.

Considerando que a isenção não alcança as receitas financeiras e que o Decreto nº 8.426 de 1º de abril de 2015, revogou o Decreto nº 5.442 de 09/05/2005 que reduzia a zero as alíquotas do PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, o Instituto passou a calcular e recolher a COFINS sobre as receitas financeiras à alíquota de 4% (quatro por cento).

n) Provisões administrativas

São reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente legal ou implícita, como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída, no futuro, de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são divulgadas em Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos quais o Instituto tem por diretriz. O Instituto não possui obrigações não formalizadas.

q) Receitas e despesas

As receitas e as despesas sem restrição (não vinculadas às parcerias específicas) são reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas com restrição (vinculadas às parcerias específicas) são reconhecidas na proporção da execução das despesas vinculadas aos projetos/convênios/termos de parceria.

r) Trabalho voluntário

O Instituto Cooperforte registra os efeitos do trabalho voluntário nos termos da Lei nº 9.608/1998 e as alterações seguintes e da Resolução CFC nº 1.409/2012.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	-	-
Banco do Brasil - conta movimento	16.965	22.679
Deposito a prazo COOPERFORTE (sem restrição) (a)	6.163.873	5.467.354
Total	6.180.838	5.490.033

(a) O aumento do saldo apresentado, em 2020, decorre da redução do volume das liberações de recursos, em razão da suspensão/cancelamento de projetos, motivado pela

situação de calamidade pública provocada pela Pandemia, além do aumento do repasse da Instituidora de 2% para 3% a partir de janeiro/2020.

As aplicações sem restrições (recursos próprios, sem vinculação às parcerias específicas), junto à COOPERFORTE, são depósitos a prazo de modalidade de RDC - Recibo de Depósito Cooperativo, RDC-i - Recibo de Depósito Cooperativo Indexado e RDC-p - Recibo de Depósito Cooperativo Prêmio, contratados por 60 meses com renda fixa pós-fixada, com percentual variável mensal, cujas remunerações foram capitalizadas até a data do balanço e são de disponibilidade para saque imediato com os rendimentos.

O Instituto não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

5. Investimentos

O saldo é representado por integralização de capital, atualizado mensalmente, conforme demonstrado:

Descrição	2020	2019
COOPERFORTE - Coop.de Econ.e Cred.Mut.dos Func.de Inst.Fin.Pub.Fed.Ltda	227	222
Total	227	222

6. Imobilizado

Corresponde ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada, de bens destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. As depreciações acumuladas são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme demonstrado:

Descrição	Taxa	Saldo Inicial	Acrescimos	Baixa	Depreciação	Saldo Final
Móveis de uso	10%	2.525	-	-	(595)	1.930
Equipamentos de uso	10%	3.995	-	-	(575)	3.420
Equipamentos de processamento de dados	20%	38.386	8.492	-	(16.013)	30.864
Total 2019		44.906	8.492	-	(16.983)	36.415
Móveis de uso	10%	3.200	-	-	(810)	2.390
Equipamentos de uso	10%	2.360	-	-	(365)	1.995
Equipamentos de processamento de dados	20%	23.462	-	-	(15.070)	38.386
Total 2020		59.022	-	-	(16.117)	42.906

7. Encargos sociais

O saldo é constituído pelas obrigações que o Instituto Cooperforte possui em relação à Previdência Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço:

Descrição	2020	2019
INSS a recolher	23.376	38.769
FGTS a recolher	4.532	5.141
Total	27.908	43.910

O Instituto aderiu ao programa emergencial de manutenção do emprego e da renda, com redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, no período de 03/07/2020 a 29/12/2020 com impactos nos encargos sociais.

8. Obrigações tributárias

Correspondem às obrigações de impostos e contribuições a recolher, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2020	2019
IRRF a recolher	6.964	6.945
PIS s/fofag a recolher	614	643
PIS/COFINS/CSLL a recolher	37	163
ISS a recolher	100	267
IRRF a recolher serviços prestados por pessoa jurídica	-	44
COFINS s/rendimentos de aplicações financeiras	433	869
Total	8.147	8.930

9. Patrimônio líquido

a) O patrimônio líquido é constituído pelo superávit (déficit) acumulado, totalizando em 31 de dezembro de 2020 o saldo de R\$ 6.349.765;

b) A entidade apresentou, no exercício de 2020, superávit de R\$ 832.363, por consequência do cancelamento/ suspensão de projetos em virtude da pandemia;

c) Conforme previsto no Estatuto, no artigo 30, no caso de dissolução do Instituto, o respectivo Patrimônio Líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, nos termos da Lei nº 9.790/1999.

10. Receitas/Custos com trabalho voluntário

O Instituto apoia e recebe os efeitos do trabalho voluntário como uma obrigação estatutária. No exercício de 2020 o Instituto recebeu os serviços de educadores para revisão, atualização e validação das oficinas de educação financeira, equivalente a 208 horas.

Descrição	2020	2019
Receitas com voluntariado	21.840	25.725
Custos com voluntariado - proventos e encargos	(21.840)	(25.725)
Total	-	-

11. Receitas de contribuições e doações

Descrição	2020	2019
Receitas de contribuições da Instituidora (a)	3.173.425	1.642.575
Receitas de contribuições de associados	69.285	54.804
Receitas de doações	7.492	104
Total	3.250.201	1.697.482

(a) Referem-se aos repasses da COOPERFORTE para custeio da sua manutenção e dos projetos sociais, objetivando a realização de sua missão. A variação positiva, observada no exercício de 2020, está relacionada ao aumento dos repasses de 2% para 3% a partir de janeiro.

12. Receitas operacionais de rendimentos financeiros

Descrição	2020	2019
Rendimentos de aplicações financeiras (a)	162.320	481.123
Sobras recebidas da Instituidora	131.269	173.556
Total	293.589	654.679

(a) A redução apresentada, em 2020, é decorrente da queda das taxas de juros no mercado financeiro.

13. Custos e despesas operacionais com programas de Educação

O saldo é representado pelas despesas vinculadas diretamente aos projetos do Instituto, incluindo, além do repasse Financeiro, Assistentes Sociais e Monitoramento, as despesas relativas a salários, encargos e benefícios dos funcionários envolvidos diretamente na condução e monitoramento dos projetos:

Descrição	2020	2019
Repasse financeiro (a)	359.076	3.079.539
Assistentes sociais	157.357	1.029.360
Monitoramento	73.795	207.023
Despesas administrativas de projetos	30.341	143.378
Outros projetos	16.539	102.676
Salários, encargos e benefícios	1.265.616	1.290.813
Total	1.962.724	5.852.789

(a) A redução observada em 2020 decorreu da suspensão de projetos em razão do estado de calamidade provocado pela pandemia.

14. Despesas de operacionalização técnica e administrativa

Refere-se ao Convênio de Operacionalização Técnica e Administrativa, firmado com a COOPERFORTE, em 17/08/2018, que garante ao Instituto Cooperforte a realização das atividades: Contábeis, Financeiras, Administrativas, Tecnológicas, Jurídicas, de Comunicação, de Governança e de Controladoria.

15. Despesas tributárias

Referem-se aos registros de valores de impostos e taxas/contribuições:

Descrição	2020	2019
COFINS rendimentos aplicações financeiras (Nota 12)	6.492	26.227
IPTU	1.503	1.455
Outros	5	838
Total	8.000	28.520

16. Despesas de prestação de serviços

Descrição	2020	2019
Auditoria externa (a)	17.647	32.353
Consultoria de comunicação (b)	-	36.000
Serviços de conservação e limpeza	286	-
Consultoria em gestão (c)	42.980	10.900
Segurança da informação	-	13.150
Medicina do trabalho	3.546	2.709
Total	64.459	95.112

(a) Os pagamentos referentes à auditoria externa registrados em 2020, correspondem às parcelas do contrato 2019/2020, realizados até junho/2020.

(b) Em 2020, os serviços de comunicação foram executados pela Instituidora conforme Contrato de Operacionalização Técnica e Administrativa (Nota 14);

(c) A variação em 2020 está relacionada ao serviço de consultoria prestado por profissional contratado para o acompanhamento e execução de ações específicas do Instituto.

17. Outras receitas/ (despesas) operacionais

Outras receitas/(despesas) operacionais	2020	2019
Recursos recebidos de eventos específicos (a)	699	35.000
Descontos obtidos	855	809
Recuperação de recursos de projetos e administrativos	8.218	-
Demais	5	24
Total de outras receitas	9.777	35.833
Outras despesas com pessoal (treinamento/cursos)	(31.962)	(35.330)
Viagens e transporte (b)	(4.473)	(43.893)
Luz e água	(9.987)	(11.009)
Seguros diversos	(6.442)	(8.574)
Despesas legais (c)	(15.865)	(26.647)
Doações	(3.000)	(1.185)
Diversas despesas operacionais	(51.215)	(53.439)
Despesas bancárias	(12.163)	(12.135)
Total de outras despesas	(135.106)	(192.213)
Resultado	(125.329)	(156.379)

(a) Em 2020 não houve recebimento significativo de recursos para eventos específicos;

(b) A variação em 2020 refere-se a suspensão das viagens em razão da pandemia provocada pelo COVID-19.

(c) A variação em 2020 está relacionada a diminuição da Despesa com a Assembleia Geral, realizada em formato virtual devido à pandemia do COVID-19.

18. Ativos e passivos contingentes

Com base nos relatórios dos assessores jurídicos, não existem ações judiciais trabalhistas, fiscais ou cíveis tramitando contra ou a favor do Instituto.

19. Partes relacionadas

No quadro abaixo, demonstramos as transações com a COOPERFORTE, Instituidora do Instituto:

Descrição	2020	2019
Saldo de depósitos a prazo de aplicação financeira na COOPERFORTE	6.163.873	5.467.354
Posição de capital investido na COOPERFORTE	227	222
Contribuições de repasses recebidos da COOPERFORTE no período (competência) (a)	3.173.425	1.642.575
Ressarcimentos de custos à COOPERFORTE por despesas incorridas no período	416.242	377.685
Operacionalização Técnica e Administrativa (b)	340.395	300.863
Outros ressarcimentos de custos à COOPERFORTE (c)	75.847	76.822

(a) Em 2020 a COOPERFORTE elevou a sua contribuição ao Instituto Cooperforte para 3% do resultado operacional da Cooperativa;

(b) Refere-se ao ressarcimento de despesas à COOPERFORTE, conforme Convênio de Operacionalização Técnica e Administrativa, além de Instrumento de Comodato ambos firmados com a Cooperativa;

(c) Correspondem ao ressarcimento de custos para utilização do espaço físico na sede da COOPERFORTE.

20. Seguro empresarial

Em razão de termo de comodato, os bens utilizados pela entidade estão segurados em apólice de seguro empresarial, modalidade Compreensivo Empresarial, contratado junto à Allianz Seguros S/A, pela Instituidora, a COOPERFORTE, com vigência de 17 de janeiro de 2020 a 17 de janeiro de 2021.

Brasília (DF), 26 de março de 2021.

José Rogaciário dos Santos
Presidente

Paulo Odair Pointevin Frazão
Superintendente

Aline Jaguaribe
Contadora CRC-RJ 08701409

2.6 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Administradores
Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social - Instituto Cooperforte
Brasília/DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social - Instituto Cooperforte ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Associação para Promoção Humana e Desenvolvimento Social - Instituto Cooperforte em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras do Instituto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 13 de março de 2020, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

2.7 PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO HUMANA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – INSTITUTO COOPERFORTE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou os documentos e informações do **Instituto Cooperforte**, a fim de expressar opinião sobre os atos da administração, verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, e os respectivos reflexos nas demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Com base nos documentos examinados, nas análises procedidas sobre as Demonstrações Contábeis, no Relatório do Auditor Independente emitido sem ressalvas e nos esclarecimentos e documentos apresentados pela Diretoria do **Instituto Cooperforte**, nas reuniões realizadas no período sob exame, o Conselho Fiscal é de opinião de que os atos da administração foram praticados em obediência aos preceitos da legislação vigente e do Estatuto do **Instituto Cooperforte**, estando adequadamente refletidos em suas demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Conselho Fiscal opina pela aprovação das contas e encaminha a referida documentação à deliberação da Assembleia Geral dos Associados.

Brasília, 15 de abril de 2021.

Eduardo Menezes Lima
Conselheiro-Presidente

Benito Lima Vasconcelos
Conselheiro

José Alípio dos Santos
Conselheiro

PROPÓSITO

Transformar realidades socioeconômicas de pessoas e organizações sociais, em sintonia com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

NEGÓCIO

Inclusão socioproductiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio de projetos e ações com o objetivo de promover o desenvolvimento humano profissional.

VALORES

Solidariedade
Sustentabilidade
Integridade
Diversidade
Cidadania



www.institutocooperforte.org.br



@institutocooperforte



@institutocooperforte
